



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

487

Ação rescisória nº 316150-8

Autores: André Luiz Gomes Martins e outros.

Réu: Estado de Pernambuco.

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. REJEITADA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. AÇÃO RESCISÓRIA IMPROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME. 1. Os autores alegam suposta violação aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da publicidade, malferindo os arts. 1º, parágrafo único; 5º, XXXIII, LXXII e XXXIV; e 37, *caput*, todos da CF/88, afirmando que teriam direito a matrícula no Concurso de Formação de Sargentos da Polícia Militar de Pernambuco. 2. O que na verdade pretendem os autores, é rediscutir o mérito da ação originária, no sentido de anular o ato administrativo que os eliminou do Processo Seletivo Interno para participação do Curso de Formação de Sargento da PMPE, reconhecendo como ilegal a interpretação dada às normas do referido processo seletivo. 3. A nota de esclarecimento lançada pelo Sr. Gestor de Capacitação da Secretaria de Defesa Social - SDS, considerando que o ponto de corte a ser adotada pela banca examinadora deverá ser analisado por disciplina, não alterou nem retificou o edital, mas tão somente objetivou sanear eventuais dúvidas ou interpretações ambíguas, acrescentando-se ainda que a mesma foi publicada antes da correção das provas dos candidatos. 4. Hipótese do art. 485, do CPC, não demonstradas. 5. Inexistência de violação a artigo de lei. 6. A ação rescisória não pode ser usada como substituto de recurso. 7. Ação Rescisória julgada improcedente. 7. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da ação rescisória nº 316150-8, acima referenciada, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em não conhecer as preliminar de inépcia da inicial e inadequação da via eleita e, no mérito, em julgá-la improcedente, nos termos da ementa supra, dos votos e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 18 de junho de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

461
~~461~~

Ação rescisória nº 316150-8

Autores: André Luiz Gomes Martins e outros.

Réu: Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Cuida-se de ação rescisória, fundada nos incisos V e VII, do art. 485 do CPC, em face do Estado de Pernambuco, em relação ao julgamento da apelação cível nº 251304-6, proferido pela 1ª Câmara de Direito Público, contra a sentença do mandado de segurança de nº 0021045-63.2010.8.17.0001.

Pretendem, os autores, obter provimento judicial no sentido de verem declarado nulo o Ofício nº 127/2010, que teria contrariado diversos itens do Anexo II, da Portaria nº 033/2010, que trata do Curso de Formação de Sargentos (CFS PM/2010).

Afirmam ainda, que segundo o edital, o percentual mínimo exigido para aprovação no exame intelectual se refere a cada prova e não a cada disciplina, tendo a parte ré alterado as regras editalícias que se encontravam previamente determinadas, com ofensa aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da publicidade, malferindo os arts. 1º, parágrafo único; 5º, XXXIII, LXXII e XXXIV; e 37, *caput*, todos da CF/88.

Documentos às fls. 84/407, bem como às fls. 419/425.

Contestação às fls. 433/446, apontando preliminarmente a inépcia da inicial, bem como de não cabimento de ação rescisória como substituto recursal, e no mérito, pugna ao final, pela improcedência do pedido.

Autos conclusos.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 21 de novembro de 2013.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

488

Ação rescisória nº 316150-8

Autores: André Luiz Gomes Martins e outros.

Réu: Estado de Pernambuco.

VOTO DA 1ª PRELIMINAR DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL

Não conheço a preliminar suscitada, vez que o pedido e a causa de pedir foram identificados, possibilitando, inclusive, a apresentação da contestação por parte do Réu.

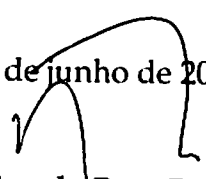
É como voto.

**VOTO DA 2ª PRELIMINAR DE NÃO CABIMENTO DA AÇÃO
RESCISÓRIA**

Não conheço a preliminar suscitada pelo réu de não cabimento da ação rescisória, por entender que seu exame se confunde com o próprio mérito da causa.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

489,

Ação rescisória nº 316150-8

Autores: André Luiz Gomes Martins e outros.

Réu: Estado de Pernambuco.

VOTO DE MÉRITO

Inicialmente, impende ressaltar que a ação rescisória constitui medida excepcional cabível para desconstituir sentença ou acórdão no qual consta qualquer das hipóteses previstas no art. 485 do CPC.

No presente caso concreto, os autores alegam suposta violação aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da publicidade, malferindo os arts. 1º, parágrafo único; 5º, XXXIII, LXXII e XXXIV; e 37, *caput*, todos da CF/88, afirmando que teriam direito a matrícula no Concurso de Formação de Sargentos da Polícia Militar de Pernambuco.

O que na verdade pretendem os autores, é rediscutir o mérito da ação originária, no sentido de anular o ato administrativo que os eliminou do Processo Seletivo Interno para participação do Curso de Formação de Sargento da PMPE, reconhecendo como ilegal a interpretação dada às normas do referido processo seletivo.

Com efeito, a nota de esclarecimento lançada pelo Sr. Gestor de Capacitação da Secretaria de Defesa Social – SDS, considerando que o ponto de corte a ser adotada pela banca examinadora deverá ser analisado por disciplina, não alterou nem retificou o edital, mas tão somente objetivou sanear eventuais dúvidas ou interpretações ambíguas, acrescentando-se ainda que a mesma foi publicada antes da correção das provas dos candidatos.

Ora, da análise dos autos vê-se que os autores indevidamente almejam rediscutir as provas analisadas no acórdão rescindendo, enquanto que a ação rescisória não é meio para nova apreciação da justeza da decisão atacada.

Neste sentido, a orientação jurisprudencial do STJ, conforme arestos assim ementados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO DECANDIDATO EM CARGO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DECIDE PELA IMPROCEDÊNCIA PEDIDO RESCISÓRIO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. 1. O acórdão a quo, ao fundamentar o entendimento pela improcedência ação rescisória, ponderou a respeito da presença do direito líquido e certo demonstrado pelo impetrante-recorrido por ocasião do acórdão rescindendo, consignando que "os demais pares do quórum também entendem pela improcedência dessa ação, entretanto por outromotivo, qual seja, pelo fato do autor indevidamente pretende rediscutir as provas analisadas por ocasião do julgamento da apelação, enquanto que a ação rescisória não é meio para nova apreciação da justeza da decisão atacada [...] assim, não se vislumbra qualquer violação a literal disposição de lei a ensejar a rescisão do

julgado" (fl. 203).2. Não há violação do art. 535 do CPC, uma vez que, de forma clara, coerente e fundamentada, consignou-se ser improcedente a rescisória, por ausência de violação a literal disposição de lei. Deve-se acrescentar que a certidão de julgamento é clara ao declarar que o resultado do julgamento é fruto de votação unânime e que o entendimento jurisprudencial pacífico a respeito do tema é no sentido de que "a ação rescisória, remédio processual destinado a desconstituir julgado tutelado pela *res iudicata*, não é servil à correção de eventual injustiça na equivocada apreciação do acervo fático das provas" (REsp 934.078/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 18/04/2011).3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 149719/PR, T1, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJ 18/09/2012).

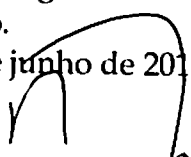
PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA COM BASE NO ART. 485 DO CPC. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO DECISUM RESCINDENDO. ERRO DE FATO. AFERIÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. "Desconstituir a qualificação jurídica atribuída aos fatos e documentos apurados quando do julgamento da ação rescindenda é tarefa que não pode ser exercida na via da ação rescisória proposta por violação literal de dispositivo de lei (485, V, do Código de Processo Civil). Precedentes." (AgRg no AREsp 73.641/PE, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 7/8/2012, DJe 21/8/2012). 2. A análise da pretensão recursal, no sentido de verificar a ocorrência de erro de fato a fim de determinar a procedência do pedido deduzido na ação rescisória, modificando o entendimento exposto pelo Tribunal a quo, exigiria o reexame de matéria fático-probatória, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 238349 / DF, T2, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 27/11/2012).

Ademais, não houve demonstração de ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 485 do CPC, pois os argumentos de inexistência da perda de objeto, assim como injustiça da decisão, não se enquadram em nenhuma das situações elencadas no CPC, não havendo, portanto, razão para rescindir a decisão impugnada.

Feitas estas considerações, voto pela improcedência da pretensão rescisória posta, não havendo condenação em custas processuais, por ser o autor beneficiário da justiça gratuita.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2013



Des. Ricardo Paes Barreto
Relator

491



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

Grupo de Câmaras de Direito Público
Ação Rescisória n.º 0316150-8
Autores: ANDRE LUIZ GOMES MARTINS E OUTROS
Adv.: Dr. Sandro Gussano de Moraes Vieira Pereira
Réu: ESTADO DE PERNAMBUCO
Proc.: Dr. Francisco Luiz Viana Nogueira
MP-PE: Dr. Fernando Barros de Lima
Relator: DES. RICARDO PAES BARRETO
Revisor: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

VOTO DE REVISÃO

A irresignação vertida pelos autores está fulcrada na alegação de ocorrência de violação à literal disposição de lei(art. 485, V, do CPC).

Na hipótese dos autos, a decisão que se busca rescindir considerou que o edital do Concurso Público para ingresso no Curso de Formação de Sargentos da PMPE exigiu para aprovação no exame intelectual a obtenção, no mínimo, de 40%(quarenta por cento) de acertos em cada disciplina e os candidatos - ora autores - não obtiveram a pontuação necessária para serem aprovados. Afirmou-se, no acórdão impugnado, que *"o Ofício nº 127/2010 GGAIIIC/GICAP apenas esclareceu que o ponto de corte a ser adotado pela banca examinadora deveria ser por disciplina, aferidas isoladamente."*(fl.420).

Alegam os autores que a decisão afrontou de forma direta e incontroversa o *"art. 1º e ss. da Lei nº 12.016/2009, arts. 2º, caput, 50, inciso I a VIII, §§ 1º a 3º da Lei nº 9784/99, arts. 462, 476 a 479 do Código de Processo Civil; art. 5º, inc. LXIX, 37, caput, da Constituição Federal"*(fl.10), sendo ilegal o referido ofício nº 127/10, de autoria do Chefe de Gestão de Capacitação da Secretaria de Defesa Social/SDS, por ausência de publicação e usurpação de competência.

Como suporte para suas alegações, sustentam, basicamente, que teria sido inobservado o item 3.1.6 do Edital, ao exigir o alcance

do percentual de 40% em cada disciplina e não em cada prova, Parte Geral e Específica.

VOTO DE PRELIMINAR

Inépcia da inicial por indevida utilização da via rescisória
como substituto recursal

Suscita o réu a preliminar de inépcia da inicial por indevida utilização da via rescisória como substituto recursal.

Em consonância com o parecer ministerial(fl.453), inacolho a preliminar levantada, pois a pretensão rescisória é cabível, sendo certo que a verificação da existência ou não de violação aos apontados dispositivos legais deve ser feita no momento da análise do mérito da ação.

Nesse sentido, o Min. Paulo de Tarso Sanseverino, no Resp. 1.292.888/PR, publicado em 13.12.2012, assentou que "...sendo cabível ação rescisória fundada em violação de literal disposição de lei, documento novo capaz de assegurar resultado diverso e erro de fato, hipóteses previstas, respectivamente, nos incisos V, VI e IX do art. 485 do CPC , e tendo sido demonstrado que tais hipóteses estão, ao menos em tese, presentes no acórdão rescindendo, a petição inicial deve ser recebida. A partir daí, somente com a análise do mérito é que se poderá dizer se estão de fato presentes os requisitos necessários à efetiva rescisão do julgado."

Sob tais fundamentos, rejeito a preliminar.

É como voto.

VOTO DE MÉRITO

A viabilidade da ação rescisória, segundo o STJ, por ofensa à literal disposição de lei(art. 485, V do CPC) pressupõe violação frontal e direta contra a literalidade da norma jurídica¹ ou, conforme magistério doutrinário, a violação literal à disposição de lei equivale a conferir-lhe uma interpretação equivocada de maneira aberrante, evidente, que salta aos olhos, não havendo tal violação literal, se a interpretação for razoável ou se havia, à época da decisão rescindenda, polêmica ou divergência jurisprudencial.²

¹ STJ - AR 3.194/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/05/2013, DJe 17/05/2013.

² Didier Jr., Fredie e Leonardo Carneiro da Cunha in Curso de Direito Processual Civil, Editora JusPodium, 10ª edição, 2012, página 428.

Acrescente-se a observação doutrinária do Ministro Luiz Fux no sentido de que, *"o elastério necessário que se emprega à palavra lei inadmite que se amplie a ponto de admitir ação rescisória de decisão contrária à jurisprudência e à súmula dos tribunais. A causa de rescindibilidade reclama violação à lei, por isso, interpretar não é violar."*³

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSITIVO LEGAL NÃO CARACTERIZADA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. É assente nesta Corte o entendimento no sentido do descabimento da rescisória, na hipótese do inciso V do art. 485 do Código de Processo Civil, acaso a interpretação dada pelo julgado rescindendo seja possível e razoável.

2. Agravo ao qual se nega provimento.

(STJ - AgRg no REsp 1.206.383/RS, Sexta Turma, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 1º/10/2012)

No caso, é de rigor a improcedência do pedido rescisório uma vez que:

1) os autores não demonstraram que a decisão impugnada afrontou de forma direta e literal os comandos legais por eles mencionados;

2) a interpretação dada pela decisão que se busca desconstituir revela-se plausível⁴ - em que pese o meu entendimento diverso quanto à matéria de fundo - adotando o acórdão rescindendo uma entre as interpretações possíveis para os dispositivos tidos por violados.

Em verdade, os autores se valem da presente ação para análise da justiça ou injustiça do julgado, da adequada ou inadequada apreciação do prova, o que somente seria possível por intermédio da via recursal adequada.

Perfilhando semelhante orientação, o parecer ministerial(fls. 455/456) sinaliza que:

"[...] a petição inicial não reúne condições para que se efetue uma análise da alegada violação a literal disposição de lei, limitando-se a

³ Curso de Direito Processual Civil, Volume 1, em 4ª edição, página 683.

⁴ Em nota ao art. 485, V, do CPC, observam Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero: "A jurisprudência exige que a decisão tenha outorgado sentido "aberrante" à legislação para autorizar a ação rescisória (STJ, 6ª turma, REsp 9.086/SP, rel. Min. Adhemar Maciel, j. em 29-4-1996, DJ 05-08-1996, p. 26.424). (...) A interpretação oferecida deve violar frontalmente o texto da lei. Se a decisão rescindendo deu à lei uma interpretação "possível", ainda que não a adequada, não há que se falar em violação literal de lei." (In Código de Processo Civil comentado artigo por artigo, 3ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 507 e 508).

tese autoral a atacar de forma genérica a decisão que não os favoreceu, evidenciando-se assim, de forma clara e límpida que os demandantes estão se voltando contra suposta injustiça de decisão.

[...] a insatisfação ora demonstrada reporta ao ofício nº 127/2010 GGAIIC/GICAP que, a título de esclarecimento, clareou a interpretação do item 3.1.6 do edital ao explicar que o ponto de corte a ser adotado pela Banca Examinadora seria por disciplina, ou seja, que o candidato precisaria obter pelo menos 40%(quarenta por cento) de acerto em cada disciplina para que pudesse passar às fases seguintes.

Segundo a exegese dos autores, para que os candidatos pudessem ser aprovados teriam que obter apenas o percentual mínimo, outrora mencionado, em cada prova, interpretando, portanto, o termo "provas" como a parte geral e a parte específica. Entendem, ainda, que a "nota de esclarecimento" seria verdadeira afronta ao princípio da vinculação do edital, ocorrendo real modificação na lei interna do certame.

Acontece, no entanto, que toda essa fundamentação já fora amplamente discutida e exaurida nos autos do Recurso de Agravo nº 251304-6/02, restando incabível a rediscussão de toda a matéria a pretexto de suposta violação de lei que, frise-se não restou comprovada, pois além de se referir genericamente ao disposto no art. 1º e ss da Lei nº 12.016/2009, fez referência aos arts. 2º, caput, 50, incisos I a VII, §§ 1º a 3º, da Lei nº 9784/99, aos arts. 476 a 479 do CPC, ao art. 5º, inciso LXIX e 37, *caput* ambos da CF/88, sem ESPECIFICAR, nem DEMONSTRAR, em que medida foram, os citados dispositivos legais, literalmente violados.

[...] *in casu*, tornou-se paterite que o pleito dos demandantes objetiva, especificamente, subverter a ordem processual, e provocar inoportuna reapreciação da matéria de fato da *res judicata*, uma vez que tentam se utilizar da presente rescisória com o fito de induzir esta Corte de Justiça a fazer uma reavaliação do julgamento proferido no referido Recurso de Agravo, corrigindo uma eventual injustiça da decisão, quando é sabido que este instrumento não pode ser manejado com tal desiderato"

Sobre o tema, aponto precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

"A ação rescisória não se presta a corrigir injustiças, má apreciação da prova ou erro de julgamento, senão aqueles catalogados em *numerus clausus* no art. 485 do CPC."(STJ - AR 3.574/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Seção, DJe 09/05/2014)



495
r

"A violação literal de disposição de lei que autoriza o provimento de ação rescisória é aquela que enseja flagrante transgressão do direito em tese, porquanto essa medida excepcional não se presta para corrigir eventual injustiça da decisão rescindenda, nem tampouco para inaugurar instância recursal."(STJ - AR 3.649/MG, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe 05/06/2013)

Diante do exposto, o meu voto de revisão é pela improcedência do pedido rescisório.

É como voto.

Recife, 18/06/2014



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Revisor